

Estigma e diagnóstico tardio no Transtorno do Espectro Autista: impactos no desenvolvimento e na inclusão social.

Maria Vitória de Lima Viana⁽¹⁾; Viviane Nogueira de Lima⁽²⁾; Sineone Guimarães de Souza⁽³⁾; Lucas Santos Alves⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ Maria Vitória de Lima Viana; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP; Pau dos Ferros/RN; avitoriaviana7@gmail.com;

⁽²⁾ Viviane Nogueira de Lima; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP; Pau dos Ferros/RN; lima-vivianne@hotmail.com

⁽³⁾ Sineone Guimarães de Souza; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP; Pau dos Ferros/RN; sineoneguimaraes21@gmail.com

⁽⁴⁾ Lucas Santos Alves; Professor orientador, mestre (UFRN) e docente da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP; lucassantos70@live.com;

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista; Diagnóstico tardio; Inclusão social.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por alterações na comunicação e na interação social, além da presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento (APA, 2022). Os primeiros sinais costumam surgir ainda nos anos iniciais da infância, embora possam se manifestar de maneiras diferentes em cada indivíduo. Entre 12 e 24 meses, já podem ser observadas dificuldades relacionadas à interação social, resposta ao nome, uso de gestos comunicativos e formas atípicas de exploração do ambiente (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019).

Mesmo com a possibilidade de identificação precoce, o diagnóstico do TEA ainda ocorre, em muitos casos, de forma tardia, geralmente entre 4 e 5 anos de idade. Esse atraso pode influenciar diretamente o desenvolvimento cognitivo, social e adaptativo da criança, considerando a importância da intervenção precoce. Nesse contexto, instrumentos de rastreio, como o M-CHAT-R/F, têm papel importante na identificação inicial de sinais de risco e no encaminhamento para avaliação especializada (Robins *et al.*, 2014).

Nas últimas décadas, houve um aumento significativo na prevalência do TEA, embora o autismo não seja contagioso, observa-se o uso do termo epidemia do autismo por razão ao aumento vertiginoso dos números de casos em um curto período de tempo (Rios *et al.*, 2015). Este crescimento pode estar relacionado à ampliação dos critérios diagnósticos, ao maior conhecimento sobre o transtorno e ao aprimoramento dos métodos de avaliação.

Estudos recentes também discutem o chamado autismo profundo, utilizado para descrever indivíduos com comprometimentos mais severos e maior necessidade de apoio no cotidiano. A prevalência desse perfil pode variar significativamente entre diferentes amostras populacionais, com estimativas entre 11% e 48% (Russell *et al.*, 2022). Para além das demandas

clínicas, indivíduos com TEA e seus familiares frequentemente enfrentam situações de preconceito, exclusão social e dificuldades relacionadas ao acesso a suporte adequado.

Nesse contexto, compreender o estigma torna-se fundamental para discutir inclusão, qualidade de vida e participação social. Goffman (1988) define o estigma como um atributo socialmente desqualificante, relacionado a processos de discriminação e desaprovação direcionados a indivíduos percebidos como fora dos padrões socialmente estabelecidos.

Diante desse cenário, torna-se fundamental o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos voltados para essa temática, uma vez que eles podem contribuir para a redução de estigmas e preconceitos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, além de promover maior conscientização, respeito, empatia e inclusão social das pessoas autistas. Assim, considerando os impactos sociais e relacionados ao desenvolvimento presentes no TEA, este trabalho foi norteado pela seguinte pergunta-problema: Como o estigma e o diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista impactam o desenvolvimento e a inclusão social das pessoas autistas? O objetivo deste trabalho é analisar os impactos do estigma e do diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista no desenvolvimento e na inclusão social das pessoas autistas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, desenvolvida a partir da análise de produções científicas relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), com foco no diagnóstico tardio, estigma e inclusão social.

As buscas bibliográficas foram realizadas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed, utilizando os seguintes descritores: “Transtorno do Espectro Autista”, “diagnóstico tardio”, “estigma”, “inclusão social” e seus correspondentes em inglês: “Autism Spectrum Disorder”, “late diagnosis”, “stigma” e “social inclusion”.

Foram incluídos prioritariamente artigos científicos publicados nos últimos cinco anos (2020–2025), disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês, e que apresentassem relação direta com a temática proposta. Também foram utilizados manuais diagnósticos, documentos institucionais e referências clássicas relevantes para fundamentação teórica do estudo.

Como critérios de exclusão, foram descartados artigos duplicados, estudos incompletos e produções que não abordavam diretamente os objetivos da pesquisa e materiais sem relevância científica para a discussão proposta.

Após a seleção dos materiais, realizou-se uma leitura exploratória e analítica das publicações, buscando identificar aspectos relacionados aos impactos do diagnóstico tardio e do estigma no desenvolvimento, na qualidade de vida e na inclusão social das pessoas autistas. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, permitindo discutir os principais desafios enfrentados por indivíduos com TEA e a importância da conscientização social e do acesso ao suporte adequado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos materiais selecionados indica que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode impactar de forma significativa o desenvolvimento cognitivo, social e comunicativo, especialmente quando o diagnóstico ocorre de maneira tardia. Os estudos mostram que sinais iniciais do transtorno podem ser observados ainda nos primeiros anos de vida, sobretudo em aspectos relacionados à interação social, comunicação e resposta ao ambiente, o que reforça a importância da observação dos marcos do desenvolvimento infantil (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019).

Nesse contexto, materiais de vigilância do desenvolvimento infantil destacam que comportamentos como resposta ao nome, contato visual, uso de gestos e atenção compartilhada são importantes indicadores do desenvolvimento típico. Quando esses marcos não aparecem ou surgem de forma atípica, podem sinalizar risco para alterações no desenvolvimento, reforçando a necessidade de acompanhamento contínuo e encaminhamento precoce, pois como ressalta Moraes (2024) o diagnóstico precoce do TEA é fundamental para que a intervenção aconteça de forma antecipada, contribuindo para a redução da intensidade das características principais e associadas ao autismo.

Os achados também indicam que o diagnóstico tardio pode reduzir o acesso a intervenções em períodos críticos do desenvolvimento, com impactos diretos na aquisição de habilidades sociais, cognitivas e adaptativas. Esse aspecto evidencia que a demora no reconhecimento do TEA não afeta apenas o diagnóstico em si, mas também limita oportunidades importantes de estimulação em fases críticas do desenvolvimento infantil. Nesse cenário, instrumentos de triagem como o M-CHAT-R/F citado anteriormente, se mostram relevantes para a identificação inicial de sinais de risco e encaminhamento para avaliação diagnóstica mais detalhada (Robins *et al.*, 2014).

Além dos aspectos do desenvolvimento, os estudos evidenciam o impacto do estigma associado ao TEA. Sob a perspectiva de Goffman (1988), autor supracitado acima, o estigma

pode ser compreendido como um atributo social que gera desvalorização e contribui para processos de exclusão e discriminação. Link e Phelan (2001) destaca que o estigma pode ser entendido como um fenômeno social caracterizado pela atribuição de rótulos, construção de estereótipos e práticas discriminatórias, levando à desvalorização e ao afastamento social de certos grupos. No caso do TEA, isso se reflete em barreiras no acesso à educação, saúde e participação social, afetando diretamente a qualidade de vida.

Outro ponto recorrente na literatura é o aumento dos diagnósticos de TEA nas últimas décadas, Teixeira *et al.*, (2025) destaca que se torna essencial compreender se esse aumento está relacionado a uma elevação real dos casos de TEA ou se decorre principalmente do aprimoramento dos métodos diagnósticos, da maior qualificação dos profissionais e da ampliação das informações e da conscientização da sociedade sobre o espectro autista. Ainda assim, esse crescimento não ocorre de forma homogênea, especialmente pela dificuldade em reconhecer manifestações mais sutis do espectro.

Esse cenário demonstra que, embora os avanços científicos tenham ampliado o reconhecimento do transtorno, ainda persistem desafios significativos relacionados à identificação precoce e ao acesso à assistência adequada, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social.

Nesse contexto, também se verificam outros entraves, como a continuidade da concentração dos serviços em poucos pontos de atendimento, a baixa efetividade na redução das filas de espera e a limitada participação das pessoas com deficiência nos processos de tomada de decisão sobre o próprio cuidado (Bastos *et al.*, 2020; Oliveira; Araújo, 2024). Esses estudos evidenciam que, embora haja avanços na política de reabilitação, o modelo de atenção ainda permanece centralizado, com capacidade insuficiente para atender à demanda crescente.

No âmbito educacional, Menezes (2016) sustenta que a efetivação do processo inclusivo pressupõe a constituição de uma equipe de apoio no interior das instituições escolares, destinada a oferecer subsídios técnico-pedagógicos aos docentes que atuam na educação especial. A atuação desses profissionais especializados mostra-se imprescindível, na medida em que proporciona orientação qualificada, auxilia na elaboração de estratégias de intervenção e contribui para o enfrentamento das demandas complexas que emergem no cotidiano das práticas inclusivas.

Portanto, embora as pesquisas científicas sobre o autismo tenham ganhado maior visibilidade nos últimos anos, ainda persistem inúmeros desafios a serem enfrentados. A inclusão de estudantes com TEA no ambiente escolar continua marcada por obstáculos significativos, entre eles o preconceito e a insuficiente compreensão sobre o transtorno. Esses

fatores ainda atravessam o cotidiano escolar, comprometendo a aceitação, a convivência e a efetiva participação desses alunos nos espaços educativos (Pedrosa *et al.*, 2024).

Nesse contexto, torna-se fundamental ampliar as políticas de inclusão e o acesso ao suporte profissional especializado, a fim de promover melhores condições de convivência social para as pessoas com transtorno do espectro autista. Além disso, é essencial oferecer orientação e apoio às famílias, contribuindo para que estejam mais preparadas para lidar com as diferentes demandas relacionadas ao cuidado e desenvolvimento desses indivíduos. Também é necessário investir na conscientização da sociedade, combatendo o preconceito e a desinformação que ainda dificultam a inclusão plena das pessoas autistas, especialmente nos espaços da saúde e da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas, percebe-se que o estigma e o diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista ainda representam desafios para o desenvolvimento e a inclusão social das pessoas autistas. As dificuldades no acesso ao diagnóstico precoce, às intervenções adequadas e ao suporte especializado demonstram que ainda existem barreiras sociais, educacionais e institucionais que impactam a qualidade de vida dessa população. Além disso, o preconceito e a desinformação contribuem para processos de exclusão e dificultam a inclusão social. Assim sendo, é fundamental ampliar o acesso à informação, aos serviços especializados e às políticas inclusivas, promovendo diagnósticos mais precoces e acompanhamento adequado. Também é necessário investir na capacitação de profissionais da saúde e da educação, contribuindo para uma sociedade mais acolhedora, inclusiva e preparada para atender às necessidades das pessoas autistas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR*. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BASTOS, L. B. R.; BARBOSA, M. A.; ROSSO, C. F.; OLIVEIRA, L. M. A.; FERREIRA, I. P.; BASTOS, D. A. S.; et al. Practices and challenges on coordinating the Brazilian Unified Health System. *Revista de Saúde Pública*, v. 54, p. 25, 2020. doi: 10.11606/s1518-8787.2020054001512.

COOK, J.; HULL, L.; CRANE, L.; MANDY, W. *Camouflaging in autism: a systematic review*. *Clinical Psychology Review*, v. 89, 2021, p. 102080. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272735821001239>. Acesso em: 16 maio 2026.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

ELIAS, N. C.; CASSAGUERRA, B. F. INFLUÊNCIA DO SEXO, IDENTIDADE DE GÊNERO E TEMPO DE DIAGNÓSTICO NA CAMUFLAGEM SOCIAL NO AUTISMO. *Revista Saber Incluir*, v. 3, n. 1, 2025. LINK, Bruce G.; PHELAN, Jo C. Conceptualizing stigma. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 27, p. 363-385, 2001. Disponível: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.soc.27.1.363>. Acesso em: 13 maio 2026.

MENEZES, R. Educação: da educação inclusiva e escola inclusiva na rede pública de ensino. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, Santos, SP, Brasil, v. 8, n. 15, p. 197–212, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/537>. Acesso em: 16 maio. 2026.

MORAES, G. T. G. *Transtorno do espectro autista: análise sobre a identificação precoce dos sinais de alerta da criança na Educação Infantil*. Curitiba: CRV, 2024. ISBN 978-65-251-7017-6.

OLIVEIRA, J. C.; ARAÚJO, M. A. Estratégias para redução das filas de espera no SUS: revisão sistemática terciária e adequação ao contexto brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 132, p. 1–59, 2024. doi: 10.5281/zenodo.10995100.

PEDROSA, G. A.; AGUIAR, C. P. S.; ANDRADE, S. F.; CARVALHO, M. R. B.; MANGAROTI, A. A. S. M.; GOMES, C. D.; SANTOS, A. T. S.; RODRIGUES, C. F. S.; VALIO, M. R. B.; OLIVEIRA, L. M. L.; JUNIOR, W. B.; OLIVEIRA, J. S. A. A. Transtorno do espectro do autista (TEA) e educação inclusiva: estratégias e práticas pedagógicas para a minimização do preconceito nas escolas. *Lumen et Virtus*, São José dos Pinhais, v. 15, n. 41, p. 5647-5657, 2024. DOI: 10.56238/levv15n41-055. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/860>. Acesso em: 24 maio 2026.

RIOS, C.; ORTEGA, F.; ZORZANELLI, R.; NASCIMENTO, L. F. Da invisibilidade à epidemia: a construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 19, n. 53, p. 325-335, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/jkNFyTCb3kGM7bxxYRpL37M/>. Acesso em: 9 maio 2026.

ROBINS, D. L.; FEIN, D.; BARTON, M. L.; GREEN, J. A. Validation of the Modified Checklist for Autism in Toddlers, Revised With Follow-up (M-CHAT-R/F). *Pediatrics*, v. 133, n. 1, p. 37-45, 2014. DOI: 10.1542/peds.2013-1813. Disponível em: <https://publications.aap.org/pediatrics/article/133/1/37/68196/Validation-of-the-Modified-Checklist-for>. Acesso em: maio 2026.

RUSSELL, G.; FORD, T.; STEER, C.; GOLDING, J. Understanding profound autism and intellectual disability through a developmental lens. *The Lancet Child & Adolescent Health*, v. 6, n. 12, p. 903-912, 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Manual de orientação sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA)*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019.